



XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO NORDESTE

João Victor Pereira dos Santos
joavictorpereira2013@gmail.com

Anna Fernanda Ribeiro Silva
anna.fernanda0512@gmail.com

Carlos Alberto de Vasconcelos
grupofoptic@gmail.com

Resumo: A Educação Ambiental (EA) é percebida como um projeto pedagógico que tem como objetivo desenvolver indivíduos pensantes, conscientes e proativos frente às transformações socioambientais. Diante disso, esta pesquisa objetiva analisar a presença da EA no currículo da Educação Básica dos estados nordestinos. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de teses e dissertações produzidas no Nordeste e armazenadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando como descritores de busca “currículo”, “educação ambiental” e “educação básica”, e o intervalo de tempo de 11 anos (de 2014 a 2024). Como resultado, constatou-se que todos os 13 trabalhos selecionados na etapa final de filtragem discutem a influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na implementação da EA no ensino. Além disso, 9 desses trabalhos abordam a influência das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) na EA. Por fim, 6 textos também exploram o impacto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ensino da EA. Com a mudança dos PCNs e das DCNs para a BNCC, observou-se uma redução das temáticas relacionadas à EA na estrutura curricular, o que impacta diretamente no aprendizado dos estudantes sobre os assuntos socioambientais, interferindo no desenvolvimento da conscientização socioambiental e de atitudes sobre as temáticas ambientais.

Palavras-chave: Currículo Escolar Nordestino. Educação Ambiental. Educação Básica.

APPROACH TO ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE CURRICULA OF BASIC EDUCATION IN THE NORTHEAST

Abstract: Environmental Education (EE) is perceived as a pedagogical project aimed at developing thoughtful, conscious, and proactive individuals in the face of socio-environmental transformations. In light of this, this research aims to analyze the presence of EE in the curriculum of basic education in the Northeast. The methodology adopted was a bibliographic review of theses and dissertations produced in the Northeast from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), using descriptors “curriculum”; “environmental education”; and “basic education”; over a period of 11 years (2014-2024). As a result, all 13 works selected in the final filtering stage discuss the influence of the National Curriculum Parameters (NCP) on the implementation of EE in education. Additionally, 9 of the works address the influence of the National Curriculum Guidelines (NCG) on EE. Finally, 6 of these works also explore the impact of the National Common Core Curriculum 3 (NCCC) on EE education. With the transition from NCP and NCG to NCCC, a reduction in themes





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: *criações docentes e reinvenções curriculares*

related to EE in the curriculum structure was observed, directly impacting students learning about socio-environmental.

Keywords: Northeastern School Curriculum. Environmental Education. Basic Education.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o conceito e os objetivos do currículo têm se transformado, refletindo a influência dos contextos socioculturais e históricos das sociedades. Essas transformações não apenas afetaram a estrutura do currículo, como também moldaram as visões e as abordagens dos docentes com relação à educação.

De acordo com Silva (2016), a origem do termo “currículo” vem do latim “*curriculum*”, que pode ser interpretado como “pista de corrida”. Essa comparação indica que, durante tal “corrida” ou trajetória que é o currículo, transformamo-nos e formamos nossa identidade na sociedade. O currículo é um recurso amplamente utilizado na educação, cujo propósito é guiar o aprendizado dos alunos em uma instituição educacional. No entanto, esse conhecimento não deve ser restrito apenas a planos de ensino, à grade curricular e a outros termos que limitam a sua amplitude. Assim, o currículo também engloba os valores, as crenças e a cultura de uma sociedade (Sacristán, 2013).

Com relação à Educação Ambiental (EA), foi em 1965 que o termo surgiu, por ocasião de uma Conferência de Educação realizada na Universidade de Keele, na Inglaterra. Até então, não existiam debates sobre EA. Na mencionada conferência, foi proposto que toda a população entendesse sobre a EA e a sua importância para a sociedade. Todavia, o termo fora apresentado de forma engessada e restrita à área de Biologia. Ao longo do tempo, contudo, com o estudo sobre o meio ambiente, foi surgindo uma nova abordagem, em especial, envolvendo as escolas, graças, entre outros fatores, à atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da agência das Nações Unidas (ONU).

Os currículos de Ciências e Biologia, geralmente, transmitiam para os professores mitos e equívocos quanto ao ensino de Educação Ambiental, principalmente, nas séries iniciais de escolarização. Esse fato é decorrente da ideia de que as temáticas ambientais estariam relacionadas somente às Ciências, já que surgiram com as pesquisas e estudos ecológicos associados à Biologia. Dessa maneira, as escolas tratavam a Educação Ambiental de forma naturalista, ou seja, os assuntos se resumiam ao entendimento ecológico, e os aspectos holísticos não eram valorizados,





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

desvinculando a EA de temáticas essenciais para a sua compreensão, como economia, política, sociologia e ética, entre outras (Augusto; Amaral, 2011).

Segundo Gerhard e Rocha (2012), o currículo é organizado de maneira que fragmenta o conhecimento, o que acaba prejudicando o processo de educação, já que, devido à complexidade do assunto, é necessário contemplar os saberes presentes em outras disciplinas para a resolução do problema. Seguindo essa linha de raciocínio, a EA precisa ser trabalhada de maneira interdisciplinar, integrando conhecimentos com o intuito de transpor as limitações presentes em uma visão fragmentada do problema (Bonatto *et al.*, 2012).

O currículo deve abranger a formação profissional, do pesquisador e do cidadão, levando em consideração os conhecimentos mais práticos e técnicos que irão tornar o aluno apto ao trabalho; o conhecimento no seu sentido mais epistemológico, os conteúdos disciplinares; e por fim o conhecimento que o aluno traz consigo, “[...] um dos elementos centrais do currículo e que sua aprendizagem constitui condição indispensável para que os conhecimentos socialmente produzidos possam ser apreendidos, criticados e reconstruídos por todos/as os/as estudantes” (Moreira; Candau, 2007, p. 21).

Durante o processo de elaboração dos temas da EA e do meio ambiente, deparamo-nos com indefinições e contradições (Reigota, 2013). Esse fato está relacionado com a visão pessoal e coletiva dessas temáticas, tornando-se um processo complexo, já que envolve formas distintas de interpretação, opiniões e releituras de mundo (Araújo; Coutinho; Resende, 2011). Seguindo essa ideia, o docente, enquanto cidadão, apresenta parcialidade na sua prática.

A EA não deve estar limitada a questões ecológicas, já que “ser educado ambientalmente é, antes de tudo, ser um cidadão completo, crítico, ativo e conhecedor das leis” (Lessa Filho, 2005, p. 32). Nesse aspecto, o ensino da EA apresenta grande importância pedagógica, além de tratar de temas de relevância tanto nacionais quanto internacionais (Pinto; Rodrigues, 2016). Segundo Guimarães e Vasconcellos (2006), “[...] o enfrentamento da atual crise socioambiental depende, entre outras, da luta pela formulação de uma ciência e uma cultura engajadas no processo de construção de um modelo de sociedade ecológica e socialmente sustentável”. Nesse sentido, é importante enfatizar que uma das propostas da EA é preparar um indivíduo ecopolítico que esteja apto para atuar ativa e criticamente sobre as políticas ambientais vigentes. O ato de ensinar não deve ser considerado como uma mera transmissão de conhecimentos, pois a educação é uma forma de intervenção no mundo (Freire, 2019).





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

Diante dessa afirmação, é importante enfatizar a perspectiva crítica no ensino da Educação Ambiental.

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar a presença da EA no currículo da Educação Básica dos estados nordestinos. A metodologia empregada consiste em um levantamento de produções (teses e dissertações) disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os descritores utilizados para a busca foram “currículo”, “educação ambiental” e “educação básica”, abrangendo um período temporal de onze anos (de 2014 a 2024).

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi realizada em três etapas de filtragem. Na primeira, foram identificados 254 trabalhos de todo o Brasil. Na segunda, a pesquisa foi refinada para incluir apenas os 47 trabalhos originados na região Nordeste. Finalmente, na terceira e última, foram selecionados 13 trabalhos que estavam alinhados com o objetivo desta pesquisa. Os 13 trabalhos selecionados foram listados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Trabalhos nordestinos selecionados na terceira filtragem

TÍTULO DO TRABALHO	AUTOR	CURSO	ANO	INSTITUIÇÃO
Educação Ambiental na Escola Municipal Professora Neilde Pimentel Santos - Itabaiana/SE	SANTOS, Isabel Santana	Educação	2014	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Implementação da Educação Ambiental em escolas do Ensino Fundamental em Aracaju	SANTOS, Rose Cleide	Desenvolvimento e Meio Ambiente	2014	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Avaliação da eficiência do ensino contextualizado de educação ambiental no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe - UFS	SANTOS, Carlos Frederico Resende da Costa	Desenvolvimento e Meio Ambiente	2016	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Que revelam os discursos emergentes do currículo?: possibilidades para formação ambiental do pedagogo mediante o ensino de História	MODESTO, Mônica Andrade	Educação	2016	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Concepções de educação ambiental dos professores do município de Canapi/AL	VENTURA, Juliana Santos da Silva	Educação	2021	Universidade Federal de Sergipe (UFS)





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

Educação ambiental no ensino superior brasileiro e colombiano: estudo comparativo de práticas com professoras formadoras	OLIVEIRA, Natalie Batista	Ensino de Ciências e Matemática	2022	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
A Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental na promoção da Educação Ambiental	MEDEIROS, Adynamor Lucena de	Geografia	2017	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Educação Ambiental em uma escola pública municipal de Salvador/BA: conhecimentos e concepções de docentes dos anos finais do Ensino Fundamental	SANTOS, João Ricardo Borges dos	Planejamento Ambiental	2016	Universidade Católica do Salvador (UCSAL)
Contradições e possibilidades de superação no trabalho pedagógico para a prática da Educação Ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental: um estudo de caso	GUIMARÃE, Lorena Matos	Mestrado Profissional em Educação	2014	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Ética ambiental no ensino de ciências a partir de questões sociocientíficas para a Educação Básica	SANTOS, Jéssica Cruz	Ensino, Filosofia e História das Ciências	2017	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Educação Ambiental no ensino de Língua Portuguesa: abordagem da temática ambiental em livros didáticos de português dos anos finais do Ensino Fundamental	LIMA, Elisângela Martins de	Letras (Profletras)	2018	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Percursos da Educação Ambiental nos processos de produção do currículo nos microcontextos da escola	FILHO, Everaldo Nunes de Farias	Ensino das Ciências	2020	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Uma análise de aspectos da Educação Ambiental crítica e da ABP em livros didáticos de Ciências do 9º ano do Ensino Fundamental aprovados no PNLD 2020	SOUZA, Bruna Kelly Pereira Alves de	Ensino das Ciências	2022	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Fonte: Autores do artigo com base na BDTD (2024).

Após a leitura dessas teses e dissertações, é perceptível que todas abordaram a inclusão da EA nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Quando se fala de currículo, incluir os PCNs é importante, principalmente ao se trabalhar a EA, uma vez que, com a criação dos PCNs em 1998, a Educação Ambiental começou a ganhar destaque no campo educacional brasileiro. Conforme os PCNs, a EA deve ser trabalhada de forma transversal com o intuito de evitar a sua fragmentação, comumente encontrada nas disciplinas de Biologia, Ciências, Geografia, História, Física e Química, entre outras. Esse fato se relaciona com o pensamento formulado por Cavalcante (2005, p. 122) ao afirmar que “o trabalho com Educação Ambiental deve partir do pressuposto de que existe um





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

tensionamento na relação sociedade e ambiente, e este tensionamento surge de relações de poder historicizadas, não naturalizadas e passíveis de transformação”.

De acordo com Dias (2022, p. 117), “A Educação Ambiental deve estar presente em todas as disciplinas, pois o enfoque interdisciplinar preconiza a ação conjunta das diversas disciplinas em torno de temas específicos”. Isso demonstra a necessidade de desmistificar a ideia de que a EA só deve ser trabalhada nas disciplinas de Ciências e Geografia, já que ela repercute na sociedade em sua totalidade. Ademais, desde 1988, a Constituição brasileira preconiza que a Educação Ambiental esteja presente em todos os níveis de ensino (Brasil, 1988). Corroborando essa ideia, Vasconcelos (2017, p. 348) afirma que “cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o tema Meio Ambiente”.

Essa ideia da interdisciplinaridade da EA não é uma questão trabalhada recentemente. O artigo 2º da Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999), por exemplo, regulamenta: “A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Mesmo com a proposta de uma Educação Ambiental interdisciplinar estabelecida pelos PCNs, as escolas ainda sofrem com as contradições quanto à metodologia de ensino, como discorrem Nunes e Rivas (2009, p. 91):

A velha linguagem (escolar) passou a ser ocupada por uma nova linguagem, onde palavras de ordem como interdisciplinaridade, projetos, linguagem contextualizada e reflexiva passaram à ordem do dia, porém, com processos metodológicos da educação tradicional que continuam a priorizar metodologias e conteúdos fragmentados em sala de aula.

Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), dos 13 trabalhos selecionados, 9 as abordam. As DCNs surgiram logo após os PCNs e, assim como estes, consideram a transversalidade como uma das abordagens para trabalhar os componentes curriculares, os temas contemporâneos e as diferentes área do conhecimento de forma integrada (Branco; Royer; Branco, 2018). As DCNs confirmam que, no cenário brasileiro, a Educação Ambiental é respaldada pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795/99. Esta lei estabelece diretrizes para a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

No entanto, o fato de as DCNs não serem obrigatórias como documento orientador da educação permitiu a adoção de diferentes estruturas escolares em todo o país. Isso resultou em uma grande diversidade na organização curricular em âmbito nacional (Branco; Royer; Branco, 2018).

No que diz respeito à EA na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos 13 trabalhos analisados, 6 abordaram sua influência na EA. A menor quantidade de trabalhos citando a BNCC em comparação com os PCNs pode ser atribuída ao ano de sua implementação. Embora a BNCC tenha sido criada em 2015, sua implementação efetiva só ocorreu em dezembro de 2017.

Com a transição dos PCNs e DCNs para a BNCC, observou-se uma diminuição da ênfase no tema ambiental. De acordo com Branco, Royer e Branco (2018), a primeira versão da BNCC, que possui 302 páginas, não cita o termo “Educação Ambiental”, delimitando-se a apenas trabalhar os assuntos ambientais como temas transversais, reforçando um viés conservacionista. Ainda de acordo com esses autores, na segunda versão da BNCC, que apresenta 652 páginas, a EA é apresentada como um Tema Especial, com o objetivo de integrar os conhecimentos socioambientais aos currículos escolares. Nesse caso, ao colocar a EA como Tema Especial, a BNCC tentou reduzir a compartimentalização dos conteúdos, tratando-os de forma transversal e contextualizando-os com a sociedade contemporânea. Porém, na segunda versão, os assuntos sobre EA apresentam uma visão ecológica, com assuntos voltados às cadeias alimentares, fotossíntese, ciclos biogeoquímicos e relações ecológicas, dentre outros. Na terceira versão, assim como na primeira, notamos um retrocesso na abordagem da Educação Ambiental. Esse documento menciona o termo ‘Educação Ambiental’ apenas uma vez em suas 392 páginas, abordando temas ambientais com ênfase na sustentabilidade e na preservação do meio ambiente.

Em um artigo publicado por Santos, Almeida e Vasconcelos (2023), intitulado *Concepções e práticas de professores da Educação Básica no Brasil sobre Educação Ambiental*, obteve-se o seguinte resultado com relação ao tipo de interpretação dos docentes a respeito da EA: 76% dos mestres participantes apresentaram concepções conservadoras; seguidos por 12,5% com visão pragmática; e 7,1% com viés crítico; já 18% não souberam responder. Esse resultado pode ter sido reflexo do caráter conservacionista da BNCC, uma vez os professores precisam adequar as suas práticas pedagógicas ao currículo da escola e este, por sua vez, sofre influências dos documentos oficiais.

Contudo, mesmo com essa redução do tema da EA, a BNCC ainda aborda a importância da aprendizagem sobre a natureza, porém isolando-a na área das Ciências. De acordo com a BNCC





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

(Brasil, 2018, p. 321), “aprender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim, o desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania”. Dessa forma, busca-se formar indivíduos mais participativos e conscientes do seu papel na sociedade, ao compreenderem a ciência em sua totalidade, não apenas como mero conteúdo, mas, sobretudo, como elemento transformador do meio.

Nessa perspectiva, percebe-se a necessidade de trabalhar a EA com um olhar mais crítico e reflexivo, e a BNCC tenta reforçar essa ideia e dar mais ênfase às práticas educativas, pensando no aluno como agente transformador e um importante aliado na transformação da sociedade. Com essa ótica, Carvalho (2006) já enfatizava a importância da formação de indivíduos mais participativos e empenhados, levando em consideração o aspecto socioambiental.

Um relatório elaborado por Araújo, Jesus e Vasconcelos (2020) para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), intitulado *Concepções e práticas de Educação Ambiental: um estudo comparativo entre Brasil e Colômbia*, gerou informações relevantes. De acordo com esse texto, a BNCC, aprovada em 2017, traz algumas habilidades que os alunos dos anos iniciais podem desenvolver a partir das experiências relacionadas à EA. No caso dos alunos do 1º ano do Fundamental, eles podem: “Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente” (Brasil, 2018, p. 333). Em relação às crianças do 2º e 3º ano, elas podem adquirir habilidades para identificar os componentes morfológicos das plantas, como raiz, caule, folha, flor e fruto, e a função desempenhada por cada uma dessas estruturas; além disso, podem identificar os tipos de solo para plantação e para extrair minérios, e os que retêm água. Já os alunos do 4º e 5º ano, por estarem mais avançados, podem conseguir desenvolver habilidades um pouco mais complexas, como: compreender que existem mudanças causadas por resfriamento que podem ser reversíveis ou não; e aplicar os conhecimentos sobre as mudanças do estado físico da água em diversos contextos (Brasil, 2018, p. 341).

Contudo, conforme destacado pelos trabalhos selecionados, a BNCC ainda reforça o ensino da EA com viés conservacionista. Isso fica evidente nas Políticas Estaduais de Educação Ambiental do Nordeste, uma vez que os ofícios que tratam das políticas ambientais são direcionados para atitudes voltadas à melhoria, proteção e recuperação de áreas ambientais, e não contemplam uma formação crítica para o exercício da cidadania. Por exemplo, o ofício de Sergipe (2006) cita o termo “Educação Ambiental” cinco vezes em suas 38 páginas, e apenas no artigo 72 traz os objetivos da EA em apenas





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

cinco parágrafos, sem guiar os educadores quanto à sua aplicação, usando a temática mais para suscitar uma “consciência ambiental”. No parágrafo X do artigo 14, ressalta-se a aplicação da EA em todas as fases do ensino: “Educação ambiental em todos os níveis de ensino, de forma participativa, envolvendo todas as pessoas, conscientizando-as para a defesa do meio ambiente”, mais uma vez apenas ressaltando a defesa do meio ambiente sem abranger a promoção de senso crítico aos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo desempenha um papel importante na formação do aluno, pois define os temas, habilidades e valores que serão aprendidos durante o seu percurso escolar. Entre essas temáticas, a EA desempenha um papel fundamental na formação de um indivíduo crítico, ecopolítico e reflexivo, que tem conhecimento da interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente.

Nesse sentido, ao trabalharmos a EA, é importante conhecer o que os currículos abordam sobre a temática e quais os objetivos de ensiná-la aos alunos. Para isso, é fundamental conhecer o que os PCNs, as DCNs e a BNCC abordam sobre a Educação Ambiental, uma vez que esses documentos orientam os currículos das escolas brasileiras.

Como resultado, os 13 trabalhos nordestinos selecionados para este texto publicados na BDTD abordam a associação desses documentos oficiais com a prática da EA nas escolas, mesmo com a redução da temática ambiental da BNCC em comparação aos PCNs e DCNs. Esse resultado reflete a importância de conhecer o que esses documentos abordam a respeito da EA e o que está sendo discutido sobre a redução que suas temáticas estão sofrendo com as novas versões da BNCC. Além disso, destaca-se a necessidade de um debate mais amplo sobre a importância da EA na formação dos estudantes e quanto ao modo como os documentos oficiais podem influenciar essa formação.

É mister desenvolver mais pesquisas para analisar como a Educação Ambiental está sendo incorporada aos currículos escolares. Esses estudos devem buscar entender as práticas pedagógicas adotadas, os conteúdos abordados e que princípios estão sendo transmitidos aos alunos, pois é dever dos estados e conseqüentemente das políticas estaduais inserir questões socioambientais em suas pautas e, especialmente, em nível educacional, nos currículos em todos os níveis de ensino, como preconizam Brasil (1999) e Vasconcelos (2017), contribuindo para uma conscientização por parte dos alunos na sociedade contemporânea, em todas as áreas. Por fim, pensar em Educação Ambiental nos





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

currículos das licenciaturas e na Educação Básica leva a retomar o questionamento sobre qual o tipo de educação estamos a desenvolver nos espaços formais de ensino e que indivíduos estamos formando para a vida e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. L. F.; COUTINHO, A. da S. de; RESENDE, I. M. N. Educação Ambiental e Meio Ambiente: Concepções dos Licenciandos em Ciências Biológicas da UFRPE. In: CNEA - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., 2011, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, 2011.

ARAÚJO, Nadyne Pereira de Alencar; JESUS, Maria Benigna Santos de; VASCONCELOS, Carlos Alberto de. **Concepções e práticas de Educação Ambiental: um estudo comparativo entre Brasil e Colômbia**. São Cristóvão, 2020. (In: Relatório completo para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – (Pibic),. São Cristóvão, 2020.

AUGUSTO, Thaís Gimenez da Silva; AMARAL, Ivan Amoroso do. Concepções sobre Educação Ambiental de Professoras das séries iniciais em formação em serviço. In: CNEA - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., 2011, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, 2011.

BONATTO, Andréia *et al.* Interdisciplinaridade no ambiente escolar. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. (RS). **Anais [...]**, v. 9, p. 1-12, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/331050-Interdisciplinaridade-no-ambiente-escolar.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 29, n. 1, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. **Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 01º mai. 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Docência em Formação).

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. Currículo e Educação Ambiental: trilhando os caminhos percorridos, entendendo as trilhas a percorrer. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

(org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília, DF: MMA, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 8. ed. São Paulo: Gaia, 2022.

FARIAS FILHO, Everaldo Nunes de. **Percursos da Educação Ambiental nos processos de produção do currículo nos microcontextos da escola.** 2020. Tese (Doutorado em Ensino das Ciências) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GERHARD, Ana Cristina; ROCHA, João Filho Bernardes da. A fragmentação dos saberes na educação científica escolar na percepção de professores de uma escola de Ensino Médio. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 125-145, 2012.

GUIMARÃES, Lorena Matos. **Contradições e possibilidades de superação no trabalho pedagógico para a prática da Educação Ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental: um estudo de caso.** 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

GUIMARÃES, Mauro; VASCONCELLOS, Maria das Mercês N. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. **Educar em Revista**, [s. l.], n. 27, p. 147-162, 2006.

LESSA FILHO, Ivo Lessa. **Educação ambiental e reciclagem.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2005.

LIMA, Elisângela Martins de. **Educação Ambiental no ensino de Língua Portuguesa: abordagem da temática ambiental em livros didáticos de português dos anos finais do Ensino Fundamental.** 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MEDEIROS, Adynamor Lucena de. **A Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental na promoção da Educação Ambiental.** 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MODESTO, Mônica Andrade. **Que revelam os discursos emergentes do currículo?: possibilidades para formação ambiental do pedagogo mediante o ensino de História.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 01-48, 2007.

NUNES, Camila Xavier; RIVAS, Carmen Lúcia. Novas linguagens e práticas interativas no Ensino da Geografia. **Encontro de geógrafos de América Latina “caminando en una América Latina en transformación”**, v. 12, 2009.

OLIVEIRA, Natalie Batista. **Educação ambiental no ensino superior brasileiro e colombiano: estudo comparativo de práticas com professoras formadoras.** 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.





XI Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas

IV Simpósio da Região Nordeste sobre Currículo

“EU ESCREVO PARA UM MUNDO NO QUAL POSSA VIVER”: criações docentes e reinvenções curriculares

PINTO, Francisco Ricardo Miranda; RODRIGUES, Antonia Cleana Ribeiro. Educação Ambiental no Ensino de Ciências: um olhar docente. *In*: CNEA - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4., 2016, Ituiutaba. **Anais [...]**. Ituiutaba, 2016.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e representação social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo. *In*: SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, p. 16-35, 2013. p. 16-35.

SANTOS, Carlos Frederico Resende da Costa. **Avaliação da eficiência do ensino contextualizado de educação ambiental no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – UFS**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Isabel Santana. **Educação Ambiental na Escola Municipal Professora Neilde Pimentel Santos - Itabaiana/SE**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SANTOS, Jéssica Cruz. **Ética ambiental no ensino de ciências a partir de questões sociocientíficas para a Educação Básica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, João Ricardo Borges dos. **Educação Ambiental em uma escola pública municipal de Salvador/BA: conhecimentos e concepções de docentes dos anos finais do Ensino Fundamental**. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Ambiental) – Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2016.

SANTOS, João Victor Pereira dos; ALMEIDA, Cleane Santos de; VASCONCELOS, Carlos Alberto de. Concepções e Práticas de Professores da Educação Básica no Brasil sobre Educação Ambiental. **Plurais-Revista Multidisciplinar**, [s. l.], p. e023016-e023016, 2023.

SANTOS, Rose Cleide. **Implementação da Educação Ambiental em escolas do Ensino Fundamental em Aracaju**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SERGIPE. 2006. Lei nº 5.858 de 22 de março de 2006. Disponível em:
<<https://al.se.leg.br/Legislacao/Ordinaria/2006/O58582006.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. São Paulo: Autêntica, 2016.

SOUZA, Bruna Kelly Pereira Alves de. **Uma análise de aspectos da Educação Ambiental crítica e da ABP em livros didáticos de Ciências do 9º ano do Ensino Fundamental aprovados no PNL 2020**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

VASCONCELOS, Carlos Alberto de. Possibilidades para a inserção da educação ambiental na formação docente. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 24, n. 2, p. 338-352, maio/ago. 2017.

VENTURA, Juliana Santos da Silva. **Concepções de educação ambiental dos professores do município de Canapi/AL**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

